

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, do Ministro da Ciência e Ensino Superior realizada a 18 de julho de 2017, na Comissão de Educação e Ciência, foi referido que o Ministério havia solicitado, com urgência, à Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) a análise dos procedimentos realizados e o cumprimento ou não dos princípios do procedimento administrativo relativamente ao caso dos dois Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia que viram as suas bolsas canceladas.

Importa conhecer os resultados do relatório que vier a ser produzido pela IGEC, apesar de o PCP considerar que estes bolseiros cumpriam funções permanentes, antes devendo estar integrados no quadro com um vínculo estável, não devendo sequer estar sujeitos ao procedimento de cancelamento das bolsas e a dúvidas interpretativas da aplicação do EBIC. Dizer ainda que na audição parlamentar à Direção da FCT em torno do cancelamento das bolsas aos trabalhadores em questão, foi identificada claramente a inexistência na instituição de um documento escrito com os procedimentos a adotar no que concerne aos conflitos de interesses, bem como à interpretação do dever de dedicação exclusiva, apesar das múltiplas solicitações dos trabalhadores nesse sentido.

Ora, o PCP recebeu uma denúncia de que a situação assim se mantém, nos seguintes termos: *“Atualmente, a FCT adota procedimentos não formalizados, transmitidos informalmente aos bolseiros pelos seus superiores hierárquicos e, assim, dependentes de interpretações diversas. As consequências graves desta situação são evidenciadas pelo recente cancelamento de duas bolsas e pela possibilidade de despedimento de outros bolseiros.”*

Mais uma vez, solicitam os trabalhadores a garantia de *“adoção de tratamento e procedimentos justos, coerentes, fundamentados e previamente declarados, para todos os que exercem a sua atividade na FCT. Consideram ainda que tal implica, como ponto de partida, a reapreciação dos processos que resultaram no cancelamento efetivo de duas bolsas.”*

Assim, nos termos constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa encaminhar para o Governo, por intermédio do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. Passados quase dois meses da realização da audição em sede parlamentar, são já conhecidos os resultados do inquérito solicitado à IGEC para análise dos procedimentos

realizados e o cumprimento ou não dos princípios do procedimento administrativo relativamente ao caso dos dois Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia a desempenhar funções na FCT que viram as suas bolsas canceladas?

2. Que análise faz o Governo da situação denunciada pelos trabalhadores da FCT que têm solicitado por múltiplas vezes a existência de uma norma escrita que estipule os procedimentos a adotar no que concerne aos conflitos de interesses, bem como à interpretação do dever de dedicação exclusiva? Que medidas pondera adotar nesta matéria?

Palácio de São Bento, 13 de setembro de 2017

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)